

# Fiúza corrige distorções no orçamento de 92

BRASÍLIA — Os caciques da comissão de Orçamento que negociaram recursos para suas bases eleitorais diretamente com o governo, na elaboração da proposta orçamentária da União, correm o risco de terem seus acertos desmontados pelo relator, deputado Ricardo Fiúza. Segundo um dos relatores adjuntos de Fiúza, o vice-líder do bloco governista na Câmara, Messias Góis (PFL-SE), o relatório-geral está corrigindo uma série de distorções que vieram carimbadas no projeto do governo.

“Estamos aproveitando para tirar algumas gorduras, como dotações de até Cr\$ 800 milhões para projetos de drenagem em pequenos municípios, enquanto outros só tinham Cr\$ 30 milhões para obras do mesmo porte”, contou Messias. Os eventuais protestos já são esperados, pois como admite o deputado, “o prato diminuiu um bocado”. Ainda assim, a expectativa é de que o relatório seja aprovado tranquilamente na comissão, para exame do plenário na próxima segunda-feira.

Embora o prazo regimental para a entrega do relatório-geral tenha vencido ontem, a expectativa é a de que o trabalho só seja apresentado ao Congresso na manhã deste sábado. Segundo o deputado, o não cumprimento do prazo, deveu-se basicamente ao atraso na entrega de dois relatórios parciais na área de agricultura, que só chegaram às mãos de Fiúza na noite de quarta-feira.

**Margem de manobra** — Um acordo de Fiúza com os líderes partidários já permitiu que sete mil pedidos de votação em destaque de emendas dos parlamentares fossem descartados no último final de semana. “Todas as lideranças acataram o argumento da inconveniência da pulverização de recursos em emendas que atendem interesses paroquiais”, lembrou Messias. Só com este acerto, o relator economizou Cr\$ 30 bilhões, que serão realocados em projetos considerados prioritários pelas lideranças, nas áreas de saúde, reforma agrária e educação.

A margem de manobra do relator-geral na realocação de recursos cresceu ainda mais quando foram examinadas as emendas na área de saneamento. É que nada menos que quatro órgãos do governo federal — os ministérios da Saúde, Ação Social, a Fundação Nacional de Saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Regional — têm recursos da seguridade social para atender a projetos nesta área. E como vários deputados repetiram o mesmo pedido para uma obra de saneamento em um único município nestes quatro órgãos, e tiveram suas emendas aprovadas, o relator optou por uma, o que liberou os recursos previstos nas três restantes.